



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Fernandes, Evandro

Organização e articulação do Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF (1946-1949)

História Unisinos, vol. 17, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 97-111

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866792002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## Organização e articulação do Comitê de Socorro à Europa Faminta – SEF (1946-1949)

Organization and articulation of the Famine Relief Committee, Hunger in Europe (1946-1949)

Evandro Fernandes<sup>1</sup>

evandrofern@hotmail.com

---

**Resumo:** Este artigo analisa a atuação da organização de ajuda humanitária denominada de Comitê de Socorro à Europa Faminta, SEF, no contexto brasileiro e internacional entre os anos de 1946 e 1949. A análise mostra a importância da atuação de organismos de ajuda humanitária para a reconstrução da Alemanha do pós-guerra no Brasil, identifica as motivações políticas e ideológicas que fizeram com que as elites do grupo étnico alemão no país se mobilizassem em prol da Alemanha, bem como destaca seu papel na criação e articulação do comitê. O artigo identifica as dificuldades enfrentadas pelo Comitê de Socorro à Europa Faminta na remessa de ajuda humanitária para a Europa, em especial para a Alemanha, bem como os grupos sociais que tomaram parte nas suas arrecadações, as estratégias de articulação de suas lideranças junto aos círculos do poder, a função social e ideológica do comitê para a comunidade étnica alemã no Brasil.

**Palavras-chave:** pós-guerra, imigração, ajuda humanitária.

**Abstract:** This article discusses the activities of the humanitarian aid organization called Famine Relief Committee, Hunger in Europe in Brazil and in the international context from 1946 to 1949. It shows the importance of the role played by aid agencies for the reconstruction of Germany in Brazil in the post-war period, identifies the political and ideological motivations that led Brazil's elites of German descent to mobilize in favor of Germany and highlights their role in the Committee's creation and articulation. The article also describes the difficulties faced by the Committee to ship humanitarian aid to Europe, especially to Germany, as well as the social groups that took part in the fund raising campaigns, the articulation strategies of their leaders vis-à-vis the groups in power, and the social and ideological role of the Committee for the German ethnic community in Brazil.

**Key words:** post-war period, immigration, humanitarian aid.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

O artigo analisa a atuação do Comitê de Socorro à Europa Faminta (SEF), organização de ajuda humanitária que atuou no sul e sudeste do Brasil entre os anos de 1946 e 1949, em prol dos refugiados alemães e vítimas da guerra. Pretendemos reconstruir sua atuação histórica sistematizando sua dinâmica de organização e funcionamento em meio à comunidade étnica alemã. Destacaremos os grupos sociais que aderiram ao comitê, examinaremos suas dificuldades de atuação em meio ao contexto brasileiro, as divisões e conflitos internos da comunidade étnica alemã que prejudicaram seu funcionamento, bem como analisaremos a função social e ideológica do comitê para uma de suas lideranças: Pe. Balduíno Rambo.

Na pesquisa, utilizamos fontes primárias, principalmente documentos burocráticos do Comitê de Socorro à Europa Faminta, acompanhados de cartas de cunho pessoal e do diário de Pe. Rambo. A riqueza das fontes disponíveis permite uma diversidade de perspectivas de abordagem teórico-metodológicas. Por considerarmos a existência de uma organização de ajuda humanitária para os alemães no contexto brasileiro do pós-guerra como algo bastante singular, pois o Brasil lutou contra a Alemanha e esteve em estado de guerra com a mesma até 1949, optamos por fazer um estudo institucional do Comitê de Socorro à Europa Faminta relacionando-o à trajetória de indivíduos inseridos em redes políticas e sociais mais amplas.

Analisamos a atuação de uma de suas lideranças, Pe. Rambo, secretário do comitê, o que nos permite partir do particular para o geral, da experiência do indivíduo em contextos políticos e sociais mais amplos. A trajetória de Pe. Rambo no comitê é um terreno “onde a tensão e a negociação entre o indivíduo e a sociedade se revelam, onde as escolhas pessoais e as regras sociais se defrontam” (Da Silva, 2006, p. 29). Este estudo, sob o viés da micro-história, reduz nossa escala de análise e parte do indivíduo para perceber a problemática entre os condicionamentos sociais, a liberdade do indivíduo e a noção de contexto (Vainfas, 2002). Segundo Levi, “toda a ação social é vista como resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdades pessoais” (Levi, 1992, p. 135).

Buscamos entender questões mais amplas da história do Brasil, em especial das elites imigrantistas, relacionando o indivíduo com o contexto, articulando o individual com o social, o subjetivo e o contextual. Estudar o Comitê de Socorro à Europa Faminta e a atuação de Pe. Rambo nos revelam dimensões de certos problemas que enfoques macroscópicos não nos mostram, como, por exemplo, perceber as estratégias discursivas utilizadas pelo

mesmo a fim de fazer valer os seus interesses pessoais e do grupo étnico ao qual pertencia.

O foco da pesquisa busca compreender como distintas trajetórias do grupo social no qual Pe. Rambo estava inserido, no caso as elites do grupo étnico alemão no Brasil, se entrelaçam. Nossa estudo propõe-se a utilizar o indivíduo como instrumento de leitura dos processos, da montagem de estruturas, da configuração de redes políticas e sociais que permitem a compreensão de uma época a partir da exploração de fios e conexões em escala menor, com o uso intensivo das fontes documentais. Queremos, desta forma, recuperar a tensão entre o social e o individual.

Para entender a atuação do Comitê de Socorro à Europa Faminta, e de Pe. Rambo em prol dos interesses da etnia alemã, incorporamos à análise acontecimentos de época que se revelam cruciais para entender a configuração de determinadas problemáticas e contextos. Propomos discutir, implícita ou explicitamente, as articulações entre a vida pública de Pe. Rambo no comitê e sua vida privada. O objetivo é perceber as relações entre a vida comum e os movimentos da história. Queremos entender o funcionamento do comitê e sua relação com Pe. Rambo a partir da explicação de suas motivações pessoais e de sua atuação em determinados contextos específicos.

A análise da participação de diversos indivíduos da comunidade étnica alemã como Pe. Rambo no comitê iluminam a compreensão de questões e contextos mais amplos. Neste nosso “estudo de caso”, “o acontecimento, o indivíduo, e mesmo a reconstrução de algum estado de espírito, o modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas constituem o meio de esclarecer alguma questão mais abrangente, que vai muito além da estória particular e seus personagens” (Levi, 1992, p. 14).

Quanto à correspondência pessoal e burocrática, segundo Ângela de Castro Gomes, seu estudo é um lugar privilegiado para a construção da identidade dos homens públicos, sobretudo no diálogo que mantém com os diferentes grupos estratégicos como as elites nacionais (Gomes, 2000, p. 16-18). Cada indivíduo realiza sua própria experiência daquilo que viveu. Esta experiência está imbuída de uma subjetividade que, muitas vezes, requer uma análise crítica dos historiadores com instrumentos epistemológicos e metodológicos que tornam o trabalho bastante exaustivo. Consideramos, portanto, a memória individual de Pe. Rambo presente na sua correspondência pessoal e em seu diário como social, não só por ser uma experiência intersubjetiva, produzida a partir de determinada realidade cotidiana, mas também por seu caráter intelectual (Cuesta, 1993, p. 43). A memória é, portanto, elemento constituinte do artigo proposto.

## Mobilização e organização da SEF

Com o fim da Segunda Guerra Mundial surgiram em todo o mundo organizações humanitárias de caráter privado, benéfico e filantrópico que minoraram as dificuldades materiais das vítimas da guerra.<sup>2</sup> O Comitê de Socorro à Europa Faminta foi um destes organismos de ajuda humanitária. Foi do seio da Igreja Católica, a Caritas, que surgiu o pedido para que a comunidade étnica alemã no Brasil se mobilizasse em prol das vítimas do pós-guerra. A Igreja sempre teve um papel importante na organização social das colônias alemãs. Seus integrantes, sendo parte de uma elite letrada, sempre contribuíram para “determinar a ideologia religiosa, filosofia e ciência de uma época através da escola, instrução moral da justiça, da beneficência e assistência” (Gramsci, 1981, p. 5). Os articuladores do comitê no Brasil, Pe. Henrique Pauquet e Pe. Balduino Rambo, provêm do meio eclesiástico, mais especificamente da Companhia de Jesus, instituição que tem raízes históricas na sociedade brasileira e mundial.

O comitê organizou-se em resposta ao apelo do dirigente da Caritas Sueca, Pe. August Adelkamp, a Pe. Pauquet e Pe. Rambo, solicitando ajuda dos imigrantes alemães no Brasil para minorar as dificuldades materiais das vítimas alemãs, em abril de 1946. Professores do Colégio Anchieta, em Porto Alegre, a escolha destes nomes deve-se a seu elevado prestígio junto às colônias alemãs, onde desenvolveram significativo trabalho em prol da colonização alemã e da organização do grupo étnico alemão. Consideramos estas lideranças eclesiásticas, segundo Gramsci, como sendo autônomas e independentes do grupo social dominante (Gramsci, 1981, p. 6). Sua autoridade depende, segundo Bourdieu, da capacidade de mobilização de forças materiais e simbólicas dos grupos ou classes que podem mobilizar (Bourdieu, 1974, p. 58).

O comitê foi uma organização humanitária sem fins lucrativos, de caráter pessoal e privado, sem a interferência dos organismos eclesiásticos. Sua ação dirigiu-se aos refugiados, famintos e miseráveis anônimos vítimas da Segunda Guerra Mundial. Apesar do nome, *Comitê de Socorro à Europa Faminta*, suas atividades estavam restritas à solidariedade material aos alemães e austríacos. Propostas para designar o comitê de *Socorro à Alemanha* foram rejeitadas, visto que o nome poderia gerar problemas que prejudicariam sua ação, pois os ressentimentos da guerra ainda ecoavam na sociedade brasileira e internacional (ABM, 29/09/1946).<sup>3</sup>

Lideranças leigas e eclesiásticas do comitê articularam a comunidade protestante e católica e, desta forma,

organizaram uma significativa ajuda material à Alemanha. A diretoria era constituída por Pe. Henrique Pauquet (Diretor), Pe. Balduino Rambo (Secretário), Pastor Ernesto Schlieper (Delegado do Sínodo Rio-Grandense), Pastor Paulo Evers (Delegado do Sínodo Missouri), J. Fernando Coutinho, Friedel Edmunds (jornalista da Sociedade União Popular) e Willy Siegmann (Tesoureiro, proprietário da Gráfica e Tipografia Mercantil). A diretoria sofreu modificações com a saída de J.F. Coutinho nos primeiros meses de atuação da organização, assim como com a morte de Willy Siegmann, que foi substituído por seu filho Edgar Siegmann e H. Stackelberg.

O comitê ajudava as vítimas da guerra por meio de doações, coleta de dinheiro e compra de mercadorias enviadas à Alemanha através da Suécia. As remessas constituíam-se de alimentos, medicamentos, tecidos, couro, roupas e calçados usados, produtos de armazém, sementes, etc. As doações, depois de embaladas, seguiam de Porto Alegre para o porto de Rio Grande e, de lá, para o porto de Göteborg, na Suécia, donde eram remetidas pela Caritas Sueca à cidade de Lübeck, Alemanha, para a Caritas Alemã local, dirigida pelo Pe. Franz Josef Diedrich. As doações eram divididas entre a Obra de Socorro Evangélica (*Evangelisches Hilfswerk*), com sede em Hamburgo, e a Caritas Alemã, que se responsabilizavam por sua entrega.

Os navios de transporte pertenciam a agências suecas e brasileiras, como a empresa marítima Nordsjernan e o Lloyd Brasileiro. O comitê organizou, entre 1946 e 1949, dez remessas para a Alemanha, além de duas remessas intermediárias e de algumas pequenas remessas que partiram dos portos do Rio de Janeiro e Santos. Foram enviadas, durante os três anos de atuação do comitê, em torno de 4.200 toneladas de alimentos e roupas.

A primeira coleta ocorreu no contexto urbano das cidades de Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo e Cachoeira (Rambo, 1947, p. 52-54). O comitê organizou listas de doadores que circularam em meio às comunidades eclesiásticas católicas e luteranas da comunidade étnica alemã, bem como em meio ao comércio e à indústria. Nestas as pessoas doavam qualquer valor em dinheiro. As primeiras contribuições ao comitê foram realizadas pela Firma Renner, na região metropolitana do Rio Grande do Sul, através de seu proprietário Anton Jacob Renner (ABM, 21/12/1946). Sua empresa forneceu mercadorias que eram armazenadas e despachadas, até março de 1947, nos depósitos da Firma Dreher & Cia., que foram disponibilizados por seu proprietário de forma gratuita.

<sup>2</sup> Os organismos internacionais mais atuantes na ajuda material à Alemanha foram a CRALOG (Council of Relief Agencies Licensed for Operation in Germany) e a CARE (Cooperativa Americana de Remessas para a Europa) (Acervo Benno Mentz [ABM], 1946-1947, p. 8-9).

<sup>3</sup> Carta de Pe. Balduino Rambo a Dom. Thomas Keller, Mosteiro de São Bento.

A segunda campanha de coleta atingiu os estados de Santa Catarina e Paraná e, a partir de junho de 1947, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O comitê nasceu da mobilização de grupos sociais urbanos e expandiu-se posteriormente pelas regiões rurais. Os responsáveis pela arrecadação eram o Pe. Pauquet, P. Schlieper, P. Evers e o comerciante Willy Siegmann, que se revezavam nas viagens pelas regiões urbanas e rurais, onde a comunidade étnica alemã estava concentrada. A correspondência burocrática ficava a cargo de Pe. Rambo.

O governador do estado do Rio Grande do Sul, Cilon Rosa, facilitou a atuação do comitê determinando a isenção das formalidades legais, gratuidade no transporte ferroviário, taxas portuárias e de exportação. As facilidades obtidas junto ao governo do Rio Grande do Sul não se refletiram em outros estados. As condições de funcionamento do comitê dependiam muito do estado no qual atuava e da disposição dos funcionários públicos em colaborar para agilizar os trâmites burocráticos. As remessas monetárias para o exterior, a fim de pagar as contas com o transporte, eram fáceis no Paraná, difíceis em Santa Catarina e dependiam do “tempo”, para não dizer da “boa vontade”, dos funcionários do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul (ABM, 31/08/1946). Além dos problemas com as autorizações nacionais para funcionar, o comitê enfrentou dificuldades com as autoridades internacionais, pois precisou negociar o transporte marítimo, as autorizações de despacho e o salvo-conduto com os ingleses, que exigiam a expedição de uma autorização, chamada de *navicert*, para que os navios levassem mantimentos para a Europa pelo Oceano Atlântico (ABM, Relatório Final da SEF).

Durante os três primeiros meses, o comitê se articulou por conta própria; entretanto, houve a necessidade de regulamentar sua situação para não haver entraves burocráticos no trabalho. Numa reunião que teve a presença do Cel. Guilherme Gaelzer Netto<sup>4</sup>, em 12/08/1946, decidiu-se que a Cruz Vermelha Brasileira atuaria em conjunto com o comitê. A Cruz Vermelha tinha problemas para enviar doações para a Europa. A remessa de 6 toneladas de mercadorias arrecadadas pela mesma ainda não havia sido liberada pelos ingleses quando o comitê já havia feito duas remessas (ABM, 29/09/1946).<sup>5</sup> O comitê e a Cruz Vermelha também tentaram negociar o repatriamento de 1.700 brasileiros retidos na Áustria e na Alemanha. Esta tentativa, no entanto, se mostrou infrutífera (ABM, Relatório Final da SEF).

Desde o início das atividades do comitê houve pedidos para enviar pacotes privados aos parentes de des-

cendentes de alemães no Brasil que viviam na Alemanha (ABM, 03/07/1946). A Inglaterra somente admitia tal iniciativa por meio da Cruz Vermelha ou de empresas comerciais. Em reunião realizada na Sociedade Ginástica de Porto Alegre, ocorrida em 22/08/46, foi decidido que o comitê somente assumiria esta tarefa em conexão com a ajuda coletiva, pois o mesmo não queria tornar-se infiel para com sua principal tarefa, que era a ajuda às vítimas anônimas da guerra (ABM, 25/03/1947).

Diversas autoridades públicas interferiram para obter a autorização para o envio de pacotes individuais. Também os países que ocupavam a Alemanha tinham de autorizar a remessa. Neste sentido, a equiparação do comitê a organizações de ajuda internacional era um desejo da diretoria a fim de que se superasse as dificuldades impostas (ABM, 10/09/1946). Somente no dia 20/10/1946 o envio de pacotes privados tornou-se possível, sendo que Pe. Pauquet se dirigiu ao Rio de Janeiro para tratar da questão junto à Cruz Vermelha Nacional. Contudo, foi fixado um limite de envio de 10 pacotes por doador e somente um por destinatário (ABM, 01/11/1946).

Em princípios de junho de 1947, o Sínodo Missouri juntou-se ao comitê. Neste ano houve o auge de sua atuação através do envio de quatro remessas. No segundo semestre de 1947, o Papa Pio XII estendeu sua obra de Socorro Pró-Vítimas da Guerra para a América do Sul e, temporariamente, Pe. Pauquet foi proibido de coletar para o comitê, pois todos os sacerdotes deveriam trabalhar em prol da obra pontifical. Estas dificuldades mobilizaram suas lideranças, que intercederam a Roma para resolver o problema (ABM, 10/01/1947).

O ano de 1948 mostrou recrudescimento nas coletas. Pe. Pauquet esteve, desde o fim de fevereiro até 17 de abril, totalmente incapacitado para o trabalho devido à malária (ABM, 11/04/1948). Por outro lado, um esgotamento obrigou o tesoureiro Willy Siegmann a um retiro para o interior por três semanas no fim de junho. Em 22 de junho, o navio “Amazonas” se chocou com uma mina flutuante. Contudo, este acidente não trouxe prejuízos para o atracamento e desembarque das doações (ABM, Relatório Final da SEF).

Neste ano houve uma rifa em prol do comitê. Seu sucesso foi muito aquém do esperado. A rifa foi difícil de vender. O preço foi alto demais, assim como o modo de sorteio foi polêmico, o que fez com que as pessoas se tornassem intolerantes com esta forma de arrecadar dinheiro. Além disso, a crise era perceptível na colônia e havia muitas outras organizações pedindo ajuda. Quando a 9ª remessa já estava preparada para ser embarcada,

<sup>4</sup> Cel. Gaelzer Netto foi prefeito de São Leopoldo de 11/03/1902 a 11/10/1916. Foi reeleito em 1904, 1908 e 1912 (Porto, 1996, p. 244-251).

<sup>5</sup> Carta de Pe. Balduíno Rambo para Antônio Köhler.

Willy Siegmann faleceu de um derrame, na manhã do dia 08/09/1948. Seu cargo no comitê foi ocupado por seu filho Edgar Siegmann, e a 9<sup>a</sup> remessa pôde ser embarcada no navio “Uruguay” no dia 29/09/46 (ABM, 8º. Comunicado da SEF). Segundo Pe. Rambo, “[...] o melhor homem da SEF estava morto. Contudo, a SEF continua atuante” (ABM, 13/09/1948).

Após três anos de arrecadações não havia mais regiões inexploradas. Também a entrada de pacotes, que desde o início de 1947 eram entregues para o público em geral, tornou-se cada vez mais difícil. Para apressar a expedição, organizou-se na Suécia uma seção para a encomenda de pacotes que consistiam numa variedade de sete tipos de produtos. Entretanto, também não houve grande adesão que mantivesse o trabalho do comitê em prol do público geral (ABM, 8º. Comunicado da SEF).

No ano de 1948 houve duas remessas, uma em junho e, outra, em setembro. Contudo, houve ainda duas remessas intermediárias que foram embarcadas, a primeira, em dezembro de 1948 no navio “Orinoco” e, a segunda, em junho de 1949, no “Columbia”. Desta forma, a última remessa, a de encerramento do comitê, foi programada para a metade de 1949. Para arrecadar fundos e mobilizar mais uma vez a comunidade étnica alemã, foi realizada, em 31 de abril e 1º de maio, uma grande Festa Popular da Germanidade Porto-Alegrense (ABM, 13/05/1949).

O Comitê de Socorro à Europa Faminta funcionou com pessoas que atuaram voluntariamente. Somente os guardas dos depósitos foram pagos e, temporariamente, alguns assistentes. A diretoria foi composta por homens de diversos campos de atuação que se engajaram onde as circunstâncias exigiam. Juntamente com as viagens de coleta surgiram, em todas as médias e grandes cidades até São Paulo, comitês subordinados que remetiam pacotes e doações para Porto Alegre sem cobrar pelo trabalho.

Na região do Vale do Rio dos Sinos, o P. Wilhelm Pommer, de Hamburgo Velho, montou um sistema de arrecadação de fundos, alimentos e materiais de primeiros socorros que mobilizou diversos segmentos da sociedade local. Alunos do Ginásio Sinodal de São Leopoldo, educandário de formação das elites luteranas, recortaram selos de cartas que eram aproveitados e enviados à Alemanha para serem transformados em dinheiro (Kerber, 2008, p. 140-141).

Em São Paulo e no Rio de Janeiro houve dificuldades com empresas comerciais que encerraram as atividades no Rio de Janeiro na metade do ano de 1948, e conduziram à criação de uma sede do comitê em São Paulo. Todavia, partiram de São Paulo e do Rio de Janeiro nove remessas de 229,5 toneladas. No Rio de Janeiro e em São Paulo não houve, como nos estados do sul, uma forte união da comunidade étnica alemã. Enquanto no sul os depósitos e

dependências de empacotamento eram gratuitos, em São Paulo havia empresas comerciais trabalhando em conjunto com o comitê. Isso acarretou problemas, pois a mão de obra e os depósitos eram pagos (ABM, 21/01/1948).

Grande parte do trabalho pesado de produção, transporte e descarregamento das caixas foi realizado por colonos e mulheres em trabalhos noturnos nos depósitos do comitê em Porto Alegre. Quando o serviço de pacotes foi incorporado, um grupo de mulheres voluntárias evangélicas providenciou os trabalhos de classificação, empacotamento e contabilidade (ABM, 25/03/1947). Havia somente dois funcionários pagos pelo comitê no Colégio Anchieta, cuja tarefa era receber e recolher as doações. Aos sábados e domingos, muitas pessoas do comércio, gerentes de fábrica, artesãos, sacerdotes católicos e evangélicos reuniam-se nos depósitos para ajudar na organização e despacho das mercadorias (ABM, 26/10/1947).

O Comitê de Socorro à Europa Faminta tentou expandir os seus trabalhos para a Argentina e o Chile (ABM, 16/08/1947). Entretanto, devido à atuação de organizações de assistência local e das diferentes condições ali existentes, estes esforços não tiveram sucesso (ABM, 03/09/1947). O Chile envia regularmente doações. Em fevereiro de 1947, a 15<sup>a</sup> remessa já estava em andamento. Os trabalhos eram organizados por um pastor protestante, P. Karle. Na Argentina havia uma organização, o *Comité de Damas Alemanas Cruz Roja Argentina*, cuja presidente era Dona Isabel C.H. Campo (ABM, s.d.). Não havia comitês locais organizados na comunidade étnica alemã local e isto causava preocupação na Caritas, que estimulou a fundação de comitês de ajuda à Alemanha naquele país através do contato com sacerdotes jesuítas, Pe. Benitez, Pe. Harres e Pe. Theodor Baumann (ABM, 05/02/1947).

De todas as grandes remessas uma parte foi destinada para a Áustria. Até 20% das doações foram para aquele país (ABM, 07/04/1947). As maiores dificuldades enfrentadas pelas organizações alemãs para distribuir as doações eram a precária infraestrutura da Alemanha no pós-guerra: linhas férreas destruídas, vias fluviais bloqueadas por causa de pontes destruídas, navios e barcos afundados, falta de caminhões disponíveis, falta de combustível, a divisão da Alemanha em zonas de ocupação e a vagarosa reorganização do sistema de correios (ABM, 1946-1947, p.8-9).

A atuação do comitê não se limitou às fronteiras alemãs. A organização dispôs-se a ajudar as vítimas da guerra onde houvesse representantes do grupo étnico alemão. Contudo, a fundação de um comitê para ajudar somente os austríacos foi rejeitada, visto que não havia uma presença significativa desta comunidade no Brasil que justificasse tal empreendimento. Afora a Áustria, em torno de 100 pacotes foram enviados para outros países

localizados no norte e centro da Europa, como a Hungria e a França (ABM, 20/02/1947).

Os países que no cômputo geral mais colaboraram com as vítimas da guerra na Alemanha foram os EUA, Suécia, Suíça, Brasil, Chile e Argentina. O Comitê de Socorro à Europa Faminta foi o organismo latino-americano da comunidade étnica alemã que mais contribuiu na remessa de ajuda para a Alemanha. Tanto a ajuda coletiva quanto a ajuda privada foram bastante significativas.<sup>6</sup> Elas atingiram pessoas de diversos grupos sociais, pois não só católicos e luteranos, mas também judeus receberam ajuda humanitária (ABM, 1948). A Caritas e o Comitê de Socorro à Europa Faminta encerraram definitivamente sua ação em prol dos alemães em 01/06/1949.

## Grupos sociais mobilizados

O comitê mobilizou grupos sociais distintos em prol da ajuda material para a Alemanha. Seus apelos dirigiram-se aos elementos economicamente mais representativos do grupo étnico alemão que residiam nas regiões sul e sudeste do país. Estes grupos possuíam capital financeiro disponível para financiar a ajuda material aos alemães. São, portanto, os grandes comerciantes (*Großhandel*) e os industriais (*Industrie*) os primeiros segmentos aos quais o comitê se dirigiu (ABM, 01/06/1946). Estes doadores localizavam-se nos núcleos urbanos mais significativos dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro. A colônia foi atingida posteriormente.

Pe. Rambo não acreditava que as colônias contribuiriam com a mesma soma que o comércio e a indústria. Contudo, “as colônias devem ajudar, pois se trata do amor cristão ao irmão e em combater a indescritível miséria na terra de origem de nossos antepassados” (ABM, 07/08/1946). Os centros urbanos de Porto Alegre, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Itajaí, Brusque, Blumenau, Joinville, Curitiba, São Paulo e o Rio de Janeiro eram locais nos quais o grupo étnico alemão era economicamente bastante representativo. A economia destas regiões se desenvolveu muito e permitiu o acúmulo de significativas parcelas de capital nas mãos de elementos pertencentes ao grupo étnico alemão.

Para realizar seu trabalho junto aos “reis da indústria”, as lideranças do comitê pediram ajuda aos seus colaboradores e instruções práticas de como realizar as coletas na colônia (ABM, 12/05/1946). No entanto, o comitê teve de convencer seus doadores de que os donativos realmente

chegariam ao seu destino. Neste sentido, as confirmações de recebimento dos pacotes pelos destinatários na Alemanha eram de suma importância para o comitê, pois garantiam a arrecadação de vultosas somas de dinheiro junto aos doadores. A maior parte dos doadores era de protestantes que, segundo Pe. Rambo, dominavam as atividades do comércio e da indústria (ABM, 12/05/1946).

Os jesuítas temiam o surgimento de desconfianças entre católicos e protestantes que causassem um racha no comitê. Os protestantes eram responsáveis por 75% das doações. Se os mesmos não tivessem garantias de que suas doações atingiam os destinatários protestantes, sua participação no comitê corria o risco de acabar. Era a primeira vez que católicos e protestantes atuavam em conjunto, o que exigiu que houvesse a confiança de que ambos os lados cumprissem com o que foi acordado pelas lideranças dos sínodos luteranos e as lideranças católicas.

A excessiva dependência econômica do comitê em relação aos protestantes preocupou Pe. Rambo quando se propôs a organização de uma festa para arrecadar dinheiro no final de 1947. Sua organização foi um pedido dos empregados da Firma Renner. Houve apoio em relação à iniciativa, pois a festa atingiria os segmentos sociais da classe média dos descendentes de alemães e alemães onde, segundo Pe. Rambo, “praticamente não valia a pena coletar” (ABM, 10/01/1947). A festa incorporaria os círculos de descendentes de imigrantes e os trabalhadores dos setores industriais, junto aos quais a coleta espontânea não era possível. Pe. Rambo preocupava-se com o excessivo caráter protestante do evento, com a proibição de coleta do Núncio Apostólico para Pe. Pauquet e que as autoridades não fossem simpáticas à iniciativa.

Empresários de relevância política e social participaram do comitê fazendo doações em nome de suas empresas, colaborando com a doação de produtos em espécie, ou fazendo uso de sua influência e prestígio junto à comunidade local. Clãs políticos locais de Santa Catarina, como os Konder, fizeram, em nome de suas empresas e das famílias, as primeiras doações significativas para o comitê. Marcos Konder, ex-prefeito de Itajaí e ex-deputado estadual, recomendou que o comitê coletasse nos círculos do norte industrial do estado e não em Florianópolis, “onde o sucesso seria maior” (ABM, 13/06/1946). Em Brusque, propôs a Pe. Rambo contatar o clã Renaux, Otto Renaux, e os padres do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Em Blumenau, indicou a família Hering, na pessoa de Curt Hering, e, em Joinville, as famílias Colin, Wetzel e Lepper. Marcos Konder dispôs-se a receber pessoalmente os representantes do comitê em Florianópolis e apresentá-los às

<sup>6</sup> De maio de 1946 a julho de 1947, a Caritas e a Evangelisches Hilfswerk receberam 28.270 pacotes privados. Dos EUA, 199; Dinamarca, 292; Portugal, 1.502; Argentina, 2.818; pedidos anônimos, 2.210; pacotes livres, 2.038; do Brasil, 18.811. Acervo Benno Mentz, 10 Comunicado da SEF. Janeiro de 48.

autoridades locais a fim de receber as devidas autorizações para funcionar. Também colocou seus assessores à disposição do comitê para que visitassem os bancos e indústrias de Itajaí, onde contataram Dr. Rodolfo Renaux Bauer, diretor do Banco Indústria e Comércio, que assumiu a direção do comitê local.

O casamento de Konder com uma luso-brasileira, Maria Corina Régis, ampliava os contatos do comitê com a comunidade étnica luso-brasileira de Itajaí para, desta forma, angariar as simpatias da comunidade local para sua ação. Entretanto, Marcos Konder não assumiu representação direta na comissão catarinense do comitê, pois, segundo o mesmo, estaria muito ausente por causa de suas viagens políticas, não podendo dedicar-se à tarefa de forma adequada e, por outro lado, “poderia causar mais prejuízo do que proveito para a SEF por ser um opositor do nacional-socialismo como era praticado aqui” (ABM, 13/06/1946). Konder acreditava que sua atuação direta no comitê afastaria ex-simpatizantes do nazismo, que tinham divergências com o mesmo e colaboravam de maneira significativa.

Marcos Konder também não queria comprometer-se com o comitê por causa dos problemas que sua atuação no organismo poderia causar à sua figura, visto que este atuava em prol dos alemães e procurava exportar mercadorias proibidas pelo governo federal num contexto de pós-guerra ainda bastante marcado pelas antigas “chicanas” entre nacionalistas e germanistas. Marcos Konder havia sido preso durante o Estado Novo por haver concedido uma entrevista à imprensa do Rio de Janeiro condenando a Campanha de Nacionalização de Vargas (Konder, 1954, p. 8), o que pode tê-lo levado a tomar uma atitude mais discreta em relação à sua participação no comitê.

Além de elementos destacados dos quadros políticos e da comunidade étnica alemã, colaboraram com o comitê as autoridades eclesiás católicas e luteranas. Estas tiveram um papel importante, pois interferiram para obter vantagens para o comitê junto às representações diplomáticas dos países aliados, do governo brasileiro e do próprio Vaticano. Pe. Leopoldo Arntzen, Provincial dos Jesuítas no Rio Grande do Sul, foi a Roma para interceder junto ao Vaticano para que a terceira remessa fosse liberada. Pe. Rambo solicitou sua ajuda para contatar diretamente o Papa Pio XII. A diplomacia papal deveria interceder a favor do comitê para que ele pudesse se livrar das formalidades legais e dos entraves burocráticos, assim como obter o reconhecimento internacional necessário para seu funcionamento (ABM, 25/07/1946). No entanto, houve, no Vaticano, entraves burocráticos e resistências internas que tiveram de ser superadas pelos padres jesuítas para que o comitê conseguisse fazer com que seu pedido chegassem ao Papa (ABM, 18/08/1946).

Quando do envio da 3<sup>a</sup> remessa, o comitê solicitou ajuda a Pe. Adelkamp na Suécia para conseguir, junto às autoridades brasileiras, um documento de confirmação de que as doações enviadas para a Europa eram presentes não taxados para a Europa faminta e de que ali foram distribuídos. Este seria usado para convencer os ingleses a liberar a remessa de pacotes privados. Em sua solicitação às repartições brasileiras, não se deveria mencionar a Alemanha, visto que “o ódio racial ainda operava no Brasil” (ABM, 28/08/1946). Sua interferência se daria junto às autoridades de Londres, no Vaticano ou onde quer que fosse necessário a fim de que o comitê obtivesse reconhecimento internacional.

Entretanto, houve cuidado de não agir contra as regras da diplomacia, pois Pe. Rambo solicitou a Pe. Adelkamp que usasse o documento somente nos momentos mais críticos das negociações. Os originais deveriam ser enviados ao Brasil para convencer os protestantes, que temiam que os ingleses confiscassem as doações, de que estas chegavam ao seu destino e de que os jesuítas não usavam o comitê para fazer uma espécie de “propaganda de contrarreforma” (ABM, 28/08/1946).

A interferência do Vaticano se fez necessária para que Pe. Pauquet pudesse voltar a participar das coletas em prol do comitê. Pe. Rambo acreditava que a proibição era pessoal a Pe. Pauquet, pois esta proibição da coleta do Núncio e o comportamento da Cúria em relação ao comitê não eram de conhecimento de todos os padres (ABM, 10/01/1947). Neste sentido, ao solicitar ajuda de Pe. Adelkamp para que o Bispo sueco Johannes Müller interferisse junto ao Vaticano, Pe. Rambo apresentou-lhe uma série de justificativas para seu pedido, afirmando que

*(1) SEF é o único caminho seguro para ajudar; outros caminhos são arriscados. (2) SEF é interconfessional; impensável solicitar às outras denominações confessionais que trabalhem para a obra Papal, Rambo e Pauquet têm a confiança necessária para que a obra progrida, sem eles a SEF acaba. (3) Os católicos tiram maior proveito, pois 75% das doações são de protestantes e os católicos recebem metade. Todo trabalho técnico, com exceção de dois homens, é protestante. (4) Deixar a SEF nas mãos dos protestantes é impossível, pois têm capacidade de trabalhar de forma independente, autônoma. Consequências seriam: (a) ajuda ao povo alemão sem a ajuda de Rambo e Pauquet iria dividir-se e diminuir. (b) A parte da Caritas iria acabar (c) Um ódio insuperável da parte dos católicos e outros crentes cairia sobre o Trono de São Pedro. Conseguimos superar isso até agora. (5) Há uma dívida de milhões junto às grandes casas de comércio de vestuário (Renner Cia.) (ABM, 17/11/1947).*

O prestígio e a articulação dos sacerdotes católicos eram justificativas para que o comitê mantivesse o seu funcionamento e o sucesso que vinha apresentando. Sem sua atuação o comitê corria o risco de desaparecer. No que diz respeito aos protestantes, estes não podiam ser obrigados a trabalhar para o Papa, mantendo-se, desta forma, o caráter interconfessional da ajuda. Por outro lado, os padres jesuítas temiam perder a direção da organização, pois os seus maiores colaboradores eram os protestantes, que tinham capacidade para atuar de forma independente.

A possibilidade de haver um conflito confessional sempre foi temida, pois provocaria um racha no comitê, determinando a sua dissolução, e acabaria com as doações destinadas aos católicos. O fim do comitê implicaria dívidas com o grande comércio varejista de vestuário. Estas foram feitas junto às grandes casas comerciais como as Lojas Renner, em Porto Alegre. Pe. Rambo preocupava-se em não perder o controle sobre o comitê. Isso implicava manter o melhor relacionamento possível com os protestantes a fim de evitar conflitos confessionais que causassem sua extinção.

A participação dos católicos nas doações foi menor que a dos protestantes e, portanto, criticada por Pe. Rambo. Os católicos tiravam maior proveito da ajuda, colaboravam menos e recebiam metade das doações. As coletas mais significativas não eram realizadas a partir do púlpito, e Pe. Rambo não via o comitê ir de encontro à obra pontifical. Neste sentido, não via motivos para que o Vaticano proibisse a atuação de Pe. Pauquet no comitê. Pe. Rambo tinha restrições quanto à ajuda humanitária para os alemães se transformar numa questão de prestígio com o Vaticano.

O comitê dirigiu-se inicialmente aos círculos germânicos. Com o decorrer do tempo e à medida que as dificuldades diminuíram, o comitê incorporou outros grupos sociais, cuja colaboração também era considerada importante. A ajuda de outros grupos étnicos não se restringiu somente à participação dos luso-brasileiros e às instituições de cunho eclesial. O envolvimento de outros grupos étnicos tinha como finalidade acabar com o ódio e a desconfiança que existiam desde a guerra, principalmente, junto aos habitantes luso-brasileiros e italianos dos núcleos urbanos. Houve luso-brasileiros que integraram os comitês locais e, inclusive, colaboraram na arrecadação de dinheiro e no envio de pacotes para a Alemanha. Contudo, os maiores colaboradores eram os descendentes de alemães no Brasil e os alemães que viviam no país.

O fato de a maior parte dos doadores pertencer ao grupo étnico alemão fez com que o comitê tivesse de superar as diferenças internas da comunidade étnica alemã, principalmente as de caráter político, pois houve doadores simpatizantes do nazismo ou imigrantes políti-

cos da Alemanha refugiados no país que colaboraram com o comitê. Pe. Rambo entendia que a ajuda à Alemanha era mais importante do que as divergências políticas que havia entre seus doadores. A culpa pela guerra deveria ser esquecida e as diferenças superadas. Segundo Pe. Rambo:

*Em nossa obra de socorro não há “nazistas”, “antinazistas” ou “imigrantes” ou qualquer tipo de diferença. Nós vemos somente o faminto povo alemão e não perguntamos quem tem a culpa, mas somente como podemos ajudar. E, em todos os lugares, nós fizemos a experiência de que os assim chamados “nazistas” do tempo da guerra trabalham de coração conosco, assim como seus sentimentos demonstram um verdadeiro amor em relação a seu povo. Eles são nossos melhores ajudantes. Quando eu vejo os senhores do comércio da cidade, que noite após noite trabalham com martelos e alicates amarrando nós de aço em nosso depósito até a meia-noite ou mais tarde, então eu tenho de me resguardar de qualquer manifestação de má-fé. Ao contrário, as únicas acusações que nos são feitas sem resultado, provêm dos círculos que se acreditam herdeiros da germanidade. Justamente a consciência antinazista marca a organização de socorro em São Paulo e no Rio e, desesperadamente, corrompeu as melhores perspectivas (ABM, 07/04/1947).*

A articulação de diferentes grupos em torno do comitê, principalmente de ex-nazistas, fez com que houvesse divergências internas no que diz respeito à participação destes elementos que não eram aceitos por outros grupos na comunidade étnica alemã no pós-guerra. Os ex-nazistas tiveram um papel importante nas arrecadações, e suas significativas contribuições financeiras interferiram na fundação dos comitês locais. Em Porto União (SC), o comitê local foi organizado de forma anônima pelo comerciante José Russ, que era acusado de ser um antinazista (ABM, 21/06/1946). Segundo Russ, “os nazistas não podiam saber”, pois isso os afastaria e, com isso, as arrecadações do organismo seriam prejudicadas (ABM, 02/06/1946). José Russ mobilizou as cidades de Ponta Grossa, Rio Negrinho, São Bento e a região industrial das imediações de Porto União. Considerava os nazistas como “inimigos da humanidade” (ABM, 22/06/1946).

José Russ, 52 anos, proprietário de uma casa de sementes, não era somente um antinazista, mas também um imigrante político, um refugiado do nazismo que vivia no Brasil desde 1933. Sua vida pregressa, marcada por uma educação na França, onde havia estudado num mosteiro dos 6 aos 15 anos, possibilitou-lhe casar com uma francesa que tinha parentesco com Pierre Laval, líder político francês que aderiu ao nazismo durante a ocupação

alemã na França, e frequentar os círculos políticos mais influentes da Europa. Antes da guerra, Russ teve contato com os principais chefes do Partido Nazista na Alemanha que se reuniam na casa de seu cunhado, onde procuraram convertê-lo ao nazismo. Além disso, conhecia Heinrich Brünnig, chanceler de Hindenburg antes da ascensão de Hitler ao poder. Os nazistas confiscaram a herança deixada por sua esposa e filha que morreram durante a guerra. Russ também perdeu um filho do primeiro casamento na guerra (ABM, 24/12/1946).

A participação de Russ no comitê de forma anônima, agindo nos bastidores da organização, aponta para as divergências internas da comunidade étnica alemã no Brasil durante o pós-guerra. Mostra que, em torno do comitê, articularam-se elementos com formação e atuação política bastante significativas e distintas que, no Brasil, combateram o nazismo e participaram do comitê a fim de colaborar para o reerguimento da Alemanha. Se a postura de José Russ frente aos ex-simpatizantes do nazismo era de cautela, pois não queria causar conflitos com os mesmos e prejudicar o comitê, houve lugares nos quais os embates foram frontais e dificultaram seus trabalhos.

A constituição dos comitês locais procurou, em algumas localidades, excluir ex-nazistas no intuito de não prejudicar sua ação. Para dirigir o comitê de Florianópolis (SC), Pe. Hagedorn solicitou a indicação de um nome protestante, pois queria que o comitê fosse nomeado de forma paritária, sem a participação de ex-nazistas: “Nós devemos evitar tudo o que possa chamar a atenção do público brasileiro.” Para isso, Pe. Hagedorn decidiu nomear como tesoureiro o Dr. Harnisch Hoffmann, um emigrante, não judeu (ABM, 11/08/1946). Pe. Hagedorn não queria pessoas do Partido Nazista trabalhando com ele e o comitê, sendo que, inclusive, expulsou alguns deles. Pe. Rambo era contra esse tipo de exclusão. Segundo o mesmo: “Eu creio que nossa tarefa não é somente contribuir para a diminuição do ódio da guerra, mas nós precisamos equilibrar os antagonismos internos que trouxeram muito prejuízo para a etnia alemã” (ABM, 23/08/1946). Isso significa que Pe. Rambo via o comitê como um elemento rearticulador da comunidade étnica alemã no pós-guerra.

O comitê também enfrentou dificuldades com alemães que exerceram atividades políticas na Alemanha e tinham emigrado para o Brasil. No norte do Paraná, Dr. Johannes Schauff propôs a formação de um comitê de ajuda a não arianos que causou controvérsias dentro da organização. Schauff era um dos pioneiros da colonização de Rolândia (PR). Foi ex-deputado do *Reichstag* alemão, ex-membro do partido católico *Zentrum*, sendo que se empenhou, juntamente com outras pessoas, em trazer

católicos, protestantes e judeus para o Brasil. Em 1933, perdeu seus cargos oficiais que o envolviam com a colonização interna da Alemanha junto à região industrial da fronteira francesa e belga (Carneiro, 1996, p. 135).

Johannes Schauff foi membro da Sociedade para Estudos Econômicos no Alé-Mar (*Gesellschaft für Wirtschaftliche Studien im Übersee*), que tinha como objetivo investigar locais adequados à colonização alemã. Viajou para a Argentina e o Brasil, onde visitou o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também esteve em Castro (PR), colônia de holandeses relacionada ao Reich, e Ponta Grossa (PR). Schauff intermediou a compra de terras para judeus junto à companhia inglesa Cia. de Terras Norte do Paraná e atuou em Berlim, onde era encarregado de divulgar a oferta de terras no Brasil para católicos e judeus não arianos perseguidos pelo nazismo. Em 1936, Johannes Schauff teve de fugir para a Itália porque seu nome estava numa lista de pessoas a serem eliminadas pelos nazistas.

Schauff pediu que o comitê distribuísse às vítimas dos campos de concentração uma remessa de sacos de café. A demora em ser atendido fez com que ameaçasse o comitê de tomar de volta a doação e usar outros meios para enviá-la (ABM, 08/11/1947). O comitê atendeu sua solicitação. Contudo, Pe. Rambo teceu críticas às iniciativas de Schauff em fundar uma obra em prol dos judeus. Sob seu ponto de vista, o comitê não deveria trabalhar com organizações de caráter político (ABM, 09/03/1948). No Rio Grande do Sul, Friedrich Kniestedt<sup>7</sup>, liderança sindical de Porto Alegre, organizou uma coleta independente do comitê e foi censurado por Pe. Rambo por prejudicar os trabalhos do comitê no Paraná e disseminar discordância dentro do grupo étnico alemão da região. Segundo Pe. Rambo:

*Não há mais sentido em fazer barulho em torno de judeus e nazistas; aqui em baixo nós tínhamos, desde o início, a vantagem de que esta mesma distinção nunca era feita. A Alemanha está passando necessidade e é necessário ajudar; o resto é secundário. Eu só acho estranho que o velho Kniestedt também tem seus adeptos lá (Paraná). Este velho pecador que, em tempos passados, estava sentado aqui por causa de intrigas; que antes da guerra conservava uma banca de livros, onde era possível comprar literatura antinazista, pornografia e jornais católicos e que, durante a guerra, entrava e saía da polícia desempenhando o papel de denunciante de seus irmãos. Este homem, no qual não encontramos nada além de ódio contra os que pensam diferente, seu horripilante alemão e seu imenso bigode é um mau patrono para a reconstrução da Alemanha.*

<sup>7</sup> Para maiores informações ver Gertz (1989).

*Seu pedido por ajuda lhe rendeu duas ou três caixas, que se encontram na Cruz Vermelha e que a SEF levou junto na remessa de Natal (ABM, 25/11/1946).*

O comitê possibilitou a reconciliação entre indivíduos com percepções políticas e teológicas discordantes como, por exemplo, o P. Wilhelm Pommer e o P. Ernesto Schlieper. Schlieper fez oposição expressa e ativa ao regime nazista, era adepto da Igreja Evangélica Confessante, que combateu Hitler na Alemanha. Pommer manifestou, durante a guerra, simpatias ao governo alemão no Brasil, sendo detido pelo governo brasileiro por 21 meses na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho, em Charqueadas. O engajamento de ambos no comitê os aproximou e os fez firmarem uma grande amizade (Kerber, 2008, p. 142).

O Comitê de Socorro à Europa Faminta mobilizou diversas personalidades de diferentes segmentos sociais em prol da Alemanha. Estas ocuparam distintos espaços sociais e desempenharam diferentes papéis dentro da sociedade brasileira e da comunidade étnica alemã. Imbuídas por motivações distintas e, por vezes, conflitantes, articularam-se em prol do comitê utilizando uma infinidade de estratégias políticas, sociais e econômicas. Os conflitos internos da comunidade étnica alemã, as articulações com a sociedade luso-brasileira e as dificuldades impostas pelo governo brasileiro para o funcionamento do comitê somente foram eliminados pela capacidade de articulação de suas lideranças, que se desdobraram para superar as dificuldades que atingiram o comitê.

## Função social e ideológica do comitê

O Comitê de Socorro à Europa Faminta desempenhou diversos papéis para a comunidade étnica alemã no Brasil. Seu funcionamento tinha um caráter social, econômico, político, cultural e ideológico. A documentação burocrática da organização e, principalmente, a memória pessoal de Pe. Rambo fornecem indícios que permitem compreender a diversidade do caráter de atuação do comitê. A memória de Pe. Rambo nos ajuda a perceber o papel que o mesmo desempenhava para a formação da identidade étnica dos alemães no Brasil, ou seja, para a germanidade teuto-brasileira.

No Rio Grande do Sul, o movimento em prol da germanidade foi muito vigoroso. Segundo René Gertz, “o termo germanismo está no lugar de *Deutschum* e se refere à ideologia difundida com maior intensidade desde os fins do séc. XIX, destinada à preservação da identidade étnica e cultural dos teutos” (Gertz, 1990). Para Imgart Grützmann, o germanismo orienta-se a partir da noção

de povo, de conotação romântico-nacionalista, concebido como uma unidade primeva e orgânica, uma comunidade unida por uma língua, uma literatura e uma história comuns, sendo fundamental na sua constituição o primado da descendência (Grützmann, 2003, p. 74).

O germanismo foi orientado e difundido por intelectuais dos mais diversos campos de atuação. Estas pessoas eram portadoras de um capital cultural, econômico e simbólico, e, entre elas, havia pastores, padres, médicos, jornalistas, editores, comerciantes, industriais, professores, advogados, políticos ligados ao grupo étnico alemão, geralmente em posição de liderança entre os imigrantes e seus descendentes. Estes tinham o objetivo de manter a cultura alemã nas colônias estabelecidas no sul do país e tomaram para si a tarefa de defender os valores alemães em terras brasileiras e reverter o quadro de transformação cultural ao qual os imigrantes alemães e seus descendentes estavam submetidos.

Para estes intelectuais, as colônias eram um prolongamento da pátria mãe, no caso a Alemanha, e, para isso, era fundamental a preservação da língua alemã para a propagação e o fortalecimento da germanidade. Esta ideologia estava presente em quase todas as instituições eclesiásticas, educacionais, culturais e esportivas das colônias e dos núcleos urbanos (Rigo, 2003, p. 265). Importante salientar que os articuladores do germanismo no Rio Grande do Sul têm uma posição social heterogênea, pertencem a diversos segmentos da comunidade étnica alemã. Entretanto, todos disseminam o ideário germanista com o objetivo de atingir um alvo comum: cultivar a germanidade e regermanizar, fomentar a consciência étnica/nacional reconduzindo os indivíduos pertencentes à comunidade étnica alemã ao “legítimo” paradigma identitário alemão (Grützmann, 2003, p. 73).

Pe. Rambo, defensor de um discurso germanista, tinha uma postura própria frente à germanidade e ao papel desempenhado pelo comitê para sua preservação. Para refletirmos a respeito da relação de Pe. Rambo com a germanidade, fizemos uso de seu diário pessoal, que podemos chamar *guarda-memória* (Lejeune, 1997, p. 111). Este nos revela suas experiências na organização e funcionamento do comitê. O diário é uma autobiografia que consiste na narrativa da própria existência, pois o trabalho de edição foi feito pelo próprio autor, que selecionou e construiu seu texto (Pereira, 2000, p. 119). O diário do Pe. Rambo é importante em nossa pesquisa porque, através da preservação de sua memória escrita, liga a sua trajetória individual com a história social. É necessário frisar que os relatos contidos no diário não querem simplesmente “transmitir a memória”.

As reflexões pessoais de Pe. Rambo em torno do nacional-socialismo e do futuro da Alemanha no pós-

guerra mostram não só seu grau de comprometimento com a reestruturação política, social, econômica e cultural da Alemanha, mas também com os ideais germanistas dos quais era defensor. Em sua memória pessoal redigida após o fim da Segunda Guerra Mundial na Europa, Pe. Rambo sintetiza um pensamento que mantém uma postura neutra em relação ao nazismo e à figura de Adolf Hitler. Em suas reflexões de 22/06/1945, afirma:

*Sou, como é natural, o último a justificar no seu todo o nacional-socialismo e seus estadistas. No seu julgamento me deixo guiar apenas pelos princípios perenes da doutrina cristã sobre o Estado e o Direito. É uma concepção vesga e simplesmente infantil da História afirmar que Hitler e seus partidários são os únicos responsáveis por esta guerra. Vasculhar as raízes do conflito não é minha intenção. [...] Daí se conclui que é absurdo responsabilizar, a torto e a direito, os encarregados das operações históricas por todos os males que ocorrem. São vassouras de Deus, nada mais. Julgar suas atitudes internas cabe unicamente a Deus. Avaliar seu verdadeiro significado só será possível numa época assaz distante, depois de se ter recuperado a medida objetiva.*

*Para mim, Hitler é um desses homens para cujo julgamento convém aplicar o discernimento dos espíritos. O homem superficial que se abastece da publicidade mastigada dos jornais vê nele o único causador da guerra. [...] Este homem amou seu povo, este homem manteve-se fiel aos amigos, este homem tombou no combate contra o arqui-inimigo da cultura cristã. Não enfrentou morte prosaica dos políticos, mas morte do soldado. E todas estas qualidades merecem respeito de todos aqueles que se arrogam ao direito de julgar o procedimento do semelhante. Ignorar tais qualidades é mostra de pobreza própria (Rambo, 1984, p. 118-119).*

A derrota alemã somente foi aceita por Pe. Rambo depois de algum tempo, e a ocupação da Alemanha, encarada como um evento passageiro que seria corrigido pelo andar da História. Pe. Rambo acreditava no ressurgimento da Alemanha como potência mundial no cenário internacional. Acreditava que a morte de Hitler não havia sido em vão. Segundo suas anotações pessoais:

*A Alemanha vai se recuperar. Uma nação que conta com oitenta milhões de habitantes não se deixa abater por uma derrota. A presteza com que poderá surgir a reconstrução ficou constatada após a Primeira Guerra*

*Mundial. Esta guerra ainda não trouxe a liberdade; devemos esperar por outra. Esta vez os ricos tiveram a supremacia sobre os pobres; mas não está escrito em nenhum livro profético que a Alemanha ficará submissa para sempre. De resto, mais uma vez ficou provado com clareza que nenhuma potência mundial isolada consegue derrotar a Alemanha. A chave da Europa, e com de todo o mundo, está hoje, como antes, nas mãos da Alemanha. Com isso ficou assentada a missão da Alemanha. Hitler foi o grande tambor contra a peste mundial do judaísmo bolchevista; não conseguiu triunfar, tombou no combate por seus ideais. A semente por ele esparramada talvez tornará a nascer e produzir fruto. Além disso, acontece em geral que as derrotas perante o tribunal da História são as maiores vitórias. O senhor Deus ainda tem algum plano em relação à Alemanha; do contrário, não permitiria que esta nação aguentasse duas vezes tamanho sofrimento. Em absoluto alimento a presunção de prever e predizer o futuro. Acredito, entretanto, com fé inabalável, que ainda hei de presenciar em vida a missão e grandeza da Alemanha (Rambo, 1984, p. 121-122).*

Esta visão de Pe. Rambo a respeito do futuro da Alemanha e do legado de Hitler sofreria um revés à medida que os anos passavam. Provavelmente, as notícias da Europa com relação ao tratamento dado aos judeus, as descobertas dos campos de extermínio em massa, que chegaram ao país somente depois de terminada a guerra, contribuíram para criar em Pe. Rambo uma nova postura a respeito do assunto. Esta fez com que condenesse, em observações posteriores de suas correspondências pessoais, o nacional-socialismo e o partido. Em carta a Dom Thomas Keller, do Mosteiro de São Bento no Rio, Pe. Rambo afirma: “O partido está morto. Estamos aqui para amar juntos e não para odiar juntos” (ABM, 29/09/1946).<sup>8</sup>

Pe. Rambo deve ser considerado um fragmento representativo inserido em redes sociais e discursivas mais amplas. Em meio à Campanha de Nacionalização já figurava como um articulador em favor da manutenção da germanidade (Arendt e da Silva, 2000, p. 131). Seu pensamento coadunava-se com o de outros elementos representativos pertencentes aos círculos intelectuais e econômicos da etnia alemã que estavam envolvidos no projeto de implantação de uma germanidade no sul do país. Isso não significa que tivessem vinculação com o nacional-socialismo. Muitos alemães defensores de um discurso germanista tiveram atritos com os partidários do nacional-socialismo e do fascismo no Brasil.

<sup>8</sup> Carta de Pe. Balduíno Rambo a D. Thomas Keller.

O pedido para organizar um comitê de ajuda aos alemães na Europa seria prontamente atendido por Pe. Rambo e Pe. Pauquet, visto ser, na opinião de Pe. Rambo, uma “atitude de caridade cristã”. Entretanto, mais do que uma simples “atitude de caridade cristã”, o comitê mostrou-se como um recurso para a reconstrução dos antigos laços culturais com a Alemanha, assim como uma possibilidade para o restabelecimento do antigo projeto de germanidade que havia sofrido um profundo revés no Brasil com o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial. Segundo Rambo:

*A atividade de Caritas em prol da Alemanha abre a primeira via, trancada até agora, para nos reparamos em contato com a terra natal de nossos ancestrais. Acaricio a intenção, bem consciente e calculada, de reatar os laços rompidos das relações culturais. Nenhum poder do mundo é mais forte do que a comunhão nascida do sofrimento e do sacrifício. Os laços que deste modo estreitamos serão mais sólidos que os acordos bilaterais de comércio e bem mais autênticos e duráveis que as uniões populares e febris do nacional-socialismo.*

*Interesso-me, em terceiro lugar, pelo reerguimento da germanidade no Brasil. É a primeira vez que, como parcela confinada de povo, novamente nos achamos unidos, num empreendimento de caridade, em prol de nossa mãe que passa fome e que se converteu em mulher pedindo esmolas. A primeira pedra fundamental na muralha de nosso ressurgimento é o amor filial e fraternal de cristãos, e uma pedra dessas aguenta a pressão de milênios (Rambo, 1984, p. 202-203).*

Pe. Rambo acreditava num projeto de germanidade para as colônias alemãs, apesar dos abalos provocados pela Campanha de Nacionalização do Estado Novo e das tentativas feitas pela Igreja Católica Brasileira em acabar com o germanismo. Seu pensamento era seguido por pessoas dos mais diversos campos de atuação, como igrejas, escolas, comércio, empresas e nos segmentos políticos ligados à etnia alemã. Estes buscavam, no pós-guerra, uma rearticulação de suas ações a nível local e nacional a fim de conseguir voltar a cultivar os valores culturais alemães, dos quais o discurso germanista era portador.

A relação da ajuda material do comitê com a reconstrução da germanidade e a volta à preservação dos valores culturais da língua e cultura germânica evidencia-se na publicação da revista *Sankt Paulus-Blatt*, periódico da Sociedade União Popular. Nela, Pe. Rambo esclarece o caráter indiscutível da ajuda material do comitê à Alemanha por parte da associação. Para ele, trata-se não só de uma ajuda material que combate a fome e miséria dos alemães e consola os refugiados de guerra, mas de uma

questão de honra, pois diz respeito à ajuda a pessoas às quais os descendentes de alemães no Brasil estavam vinculados por uma dívida de gratidão pela língua e cultura que delas receberam (Rambo, 1947, p. 52-54).

O encerramento das atividades do comitê mereceu, por parte de Pe. Rambo, um comentário a respeito da importância de seu papel para a germanidade sul-brasileira:

*Chegou o trabalho na SEF, agora, depois de três anos, a seu término, sendo como resultado final de 65 milhões de cruzeiros. Foi um ótimo serviço em prol do Deutschtum (da germanidade, da alemãndade), pois importou num empenho comum de amor e sacrifício. Ainda não se pode calcular em absoluto qual tenha sido o proveito que frutificou desta colaboração, ocorrida a primeira vez, de todas as Confissões Cristãs, no sentido do entendimento e respeito mútuos. Que na SEF dois jesuítas tivessem tido um papel diretor (note-se que foram os Padres Henrique Pauquet e o próprio Rambo!), é uma pequena reparação do papel negativo de renegados, cumprido por tantos outros de nossas fileiras (Rambo, 1984, p. 73).*

O comitê pode, portanto, ser encarado como um instrumento de articulação de alguns representantes das elites intelectuais alemãs que, como Pe. Rambo, viram nesta ajuda material a possibilidade de concretização de seus antigos ideais. Ideais que não haviam sido simplesmente abandonados, mas que se encontravam muito vivos, latentes e que aguardavam uma oportunidade para aflorar. A possibilidade de ajuda material aos irmãos necessitados que se encontravam no além-mar reuniria significativa parcela da comunidade étnica alemã em torno desta causa e contribuiria para que determinados segmentos sociais representativos da etnia pudessem voltar a atuar no cenário nacional.

O comitê tinha, para Pe. Rambo, apesar de todas as dificuldades e dos grupos sociais distintos que se articulavam em torno dele ou que procuravam causar embaraço à sua atuação, a finalidade de rearticular a comunidade étnica alemã no pós-guerra unindo-a em torno da causa social em prol das vítimas da guerra. A grande festa promovida em prol do comitê na cidade de Porto Alegre, em 30/04 e 01/05/1949, tinha como finalidade não só arrecadar dinheiro para a organização como, também, de congregar a germanidade rio-grandense. Esta festa ocorreu nas dependências do Clube do Caixeiro Viajante (*Musterreiterklub*). A festa foi a primeira possibilidade de reunião da germanidade nos últimos 10 anos (Rambo, 1949, p. 202-205). A miséria da Alemanha serviu como pano de fundo para que os articuladores da germanidade fomentassem a volta da preservação dos valores culturais alemães com o uso da língua alemã.

Segundo comentário de Pe. Rambo em relação à festa: “Há dois motivos para alegria: Nós somos cristãos e somos pessoas. A miséria alemã nos uniu e nos irmanou. O segundo motivo de nossa alegria é o uso desembaraçado de nossa língua materna” (Rambo, 1949, p. 202-205). A festa tinha como finalidade reavivar a vida social alemã, encontrar “um lugar ao sol para os alemães” (ABM, 10/01/1947). A maioria dos participantes da festa popular em prol do comitê era de alemães e descendentes de imigrantes alemães. Houve 6 mil visitantes, e a língua alemã pôde, pela primeira vez após a guerra, ser utilizada em público sem restrições (Rambo, 1949, p. 202).

A língua alemã constituía-se num dos principais elementos de preservação da germanidade. Ela era constantemente acionada a fim de defender a concepção de um povo sem fronteiras geográficas e políticas e no estabelecimento de uma fronteira étnica. O uso da língua alemã no Brasil era um fator determinante da nacionalidade alemã para os defensores do germanismo. Além de inserir os imigrantes alemães e seus descendentes numa mesma linha de continuidade com a essência do povo alemão e atuar como diferenciação étnica, a língua foi considerada um elemento partilhado por todos. Possibilitava, desta forma, a ligação de todos os alemães no mundo entre si e com a terra de origem, a Alemanha, permitindo, deste modo, a constituição de uma grande comunidade e, consequentemente, a unidade alemã, meta central do pensamento étnico (Grützmann, 2003, p. 77).

Afora o caráter de integração e rearticulação da comunidade étnica alemã, o comitê também desempenhou um caráter social e instrumental no que diz respeito à questão imigratória. Vários pedidos de alemães para imigrar ao país foram feitos ao comitê, e estes despertaram em suas lideranças o desejo de não permitir que o governo tratasse sozinho da questão. Houve propostas de trazer crianças alemãs órfãs para o Brasil que foram oferecidas pela *Cristliche Nothilfe* ao comitê. Entretanto, tal pedido não foi aceito por questões práticas, pois o comitê teria de investir muito tempo na tarefa. Além disso, não se queria separar as crianças de suas famílias, pois se corria o risco de perdê-las (ABM, 25/07/1946).

A questão migratória foi tema de debates na imprensa do Brasil. O desenvolvimento econômico do país exigia migrantes tecnicamente qualificados, e a Alemanha tinha muitos refugiados preparados para migrar quando houvesse condições (*Correio do Povo*, 1946, p. 1). A atuação de Pe. Rambo junto à Sociedade União Popular, *Volksverein*, que também se ocupou com a colonização alemã em regiões do estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, fez com que as lideranças católicas ficassem atentas às políticas de imigração a serem implementadas na Europa e no Brasil. O comitê era, desta forma, encarado pelos

padres jesuítas como um instrumento de articulação que possibilitaria a eles e à Igreja Católica tomar parte no processo imigratório (ABM, 25/07/1946).

Pe. Rambo não estava disposto a deixar a questão migratória nas mãos das autoridades governamentais, e as lideranças católicas, por sua experiência nas áreas de colonização, deveriam participar da articulação da imigração no pós-guerra. Os debates acerca da migração de alemães para o país interessavam as lideranças do comitê. Pe. Rambo tentava articular apoio junto aos círculos políticos mais influentes do estado do Rio Grande do Sul para tratar dela. Entretanto, seus esforços esbarravam nas resistências da política nacional aos imigrantes alemães. Em relação à imigração, segundo Pe. Rambo:

*O caso ainda não está maduro. Disponho de algumas ligações com os círculos governamentais daqui, tenho, porém, a impressão de que os malucos da nacionalização tenham quebrado tanta porcelana e envenenado de tal maneira a atmosfera que os imigrantes germânicos sejam indesejáveis (ABM, 09/10/1946).*

Quando o governo brasileiro mostrou intenções de liberar a imigração para o Brasil no pós-guerra, os protestantes também ficaram atentos aos critérios que seriam estabelecidos para receber os imigrantes. Os protestantes preocupavam-se se a imigração seria de comunidades ou de indivíduos isolados; que condições seriam impostas para migrar, como, por exemplo, idade, trabalho, saúde, confissão religiosa, meios financeiros e passado político; se as organizações eclesiás poderiam acompanhar os imigrantes na chegada até seu estabelecimento definitivo; se haveria interferência dos governos na imigração e interferência eclesial, assim como quais seriam as possibilidades das Igrejas Católica e Evangélica de entrarem num acordo de colaboração na questão imigratória (AHEST, SR22/1 32).

Os sínodos luteranos estavam atentos à promulgação da nova constituição de 1946 que pretendia estabelecer cotas de imigração que privilegiariam técnicos e agricultores. As pessoas ou famílias deveriam solicitar a autorização para emigrar junto à Missão Militar Brasileira em Berlim. Para os cargos nos sínodos luteranos, as autoridades eclesiás se dispunham a mediar a emigração. Entretanto, os sínodos também se mostravam preocupados com a assistência espiritual dos protestantes pensando, inclusive, em solicitar ajuda à Federação Luterana Mundial (AHEST, SR22/1 31).

O comitê contou com a colaboração e intervenção de segmentos políticos locais, estaduais e nacionais para enviar seus donativos à Alemanha. Foi um organismo de ajuda material às vítimas da guerra que teve distintas

finalidades junto à comunidade étnica alemã e à sociedade brasileira. Procurou reunir diversos segmentos da sociedade e, para alguns elementos, como Pe. Balduíno Rambo, o comitê prestava-se como um instrumento de rearticulação do projeto de germanidade que era defendido por ele e outros indivíduos inseridos dentro de diversos campos de atuação como as escolas, igrejas, economia e política, onde o elemento teuto tinha representantes. O comitê procurou diminuir as divisões internas da comunidade étnica alemã e preparar o caminho para que o grupo étnico alemão e suas elites pudessem se rearticular e, novamente, atuar no cenário nacional, reconquistando, desta forma, o espaço que havia sido perdido pela etnia alemã e seus representantes durante a Segunda Guerra Mundial.

## Referências

- ARENDT, I.C.; DA SILVA, H.R.K. 2000. *Representações do discurso teuto-católico e a construção de identidades*. Porto Alegre, EST, 200 p.
- BOURDIEU, P. 1974. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 361 p.
- CARNEIRO, M.L.T. 1996. *Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados no nazi-fascismo em São Paulo*. São Paulo, Estação Liberdade/Instituto Goethe, 254 p.
- CORREIO DO POVO. 1946. O Brasil necessita de 600.000 trabalhadores. Porto Alegre, quinta-feira, 23 maio, ano 51, nº 195, p. 1.
- CUESTA, J. 1993. *Historia del presente*. Madrid, Eudema, 93 p.
- DA SILVA, H.R. 2006. *Entre o amor ao Brasil e o modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo, Oikos, 336 p.
- GERTZ, R.E. 1989. *Memórias de um imigrante anarquista (Friedrich Kniestedt)*. Porto Alegre, EST, 168 p.
- GERTZ, R.E. 1990. O integralismo na zona colonial alemã. In: R.E. GERTZ; J.H. WEBER; L.A. DE BONI; E.C. BARROS; L.S. GIRON; E. LAGEMANN; A.M. LANDO; T. MOURE; S.J. PESAVENTO (orgs.), *RS: Imigração e colonização*, Porto Alegre, Mercado Aberto, p. 195-233.
- GOMES, Á. de C. 2000. *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 269 p.
- GRAMSCI, A. 1981. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo, Círculo do Livro, 244 p.
- GRÜTZMANN, I. 2003. O carvalho entre as palmeiras: representações estratégicas identitárias do germanismo. In: M.N. DREHER; A.B. RAMBO; M.J. TRAMONTINI (orgs.), *Imigração e imprensa*. São Leopoldo, EST, p. 155-169.
- KERBER, A. 2008. *Wilhelm Pommer: memória e trajetória de um pastor imigrante no sul do Brasil*. São Leopoldo, Oikos, 226 p.
- KONDER, M. 1954. *Der Nationalismus als falscher Patriotismus: etwas über die deutsche Einwanderung in Südbrasilien*. Porto Alegre, Ed. do Autor.
- LEJEUNE, P. 1997. O guarda memória. In: *Estudos históricos: indivíduo, biografia, história*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, p. 111-119.
- LEVI, G. 1992. Sobre micro-história. In: P. BURKE, *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, UNESP, p. 133-161.
- PEREIRA, L.M.L. 2000. Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografia. *História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral*, 3(3):117-127.
- PORTO, A. 1996. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro Editor, 277 p.
- RAMBO, B. 1984. *Em busca da grande síntese*. São Leopoldo, Ed. Unisinos, vol. I, 382 p.
- RAMBO, B. 1949. Das Volksfest der SEF. *Sankt Paulus-Blatt*, 6:202-205.
- RAMBO, Balduíno. 1947. Deutschlandhilfe. *Die Fahne des Hl. Ignatius: Kalender des Jesuitenkollegs in São Leopoldo für Schüler, Eltern, Freunde und Wohltäter*. Porto Alegre, p. 52-54.
- RIGO, K.F. 2003. A ação marista sob o olhar do *Volksblatt*. In: M.N. DREHER; A.B. RAMBO; M.J. TRAMONTINI (orgs.), *Imigração e imprensa*, São Leopoldo, EST, p. 262-267.
- VAINFAS, R. 2002. *Micro-História: os protagonistas anônimos da história*. Rio de Janeiro, Campus, 168 p.

## Fontes primárias

- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 12/05/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Gabriel Arns, Criciúma, SC. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 01/06/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Marcos Konder. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 02/06/1946. Carta de José Russ a Pe. Balduíno Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 13/06/1946. Carta de Marcos Konder a Pe. Balduíno Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 21/06/1946. Carta de Marcos Fendel a Pe. Henrique Pauquet. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 22/06/1946. Carta de José Russ a Pe. Balduíno Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 03/07/1946. Carta de Franz Blohm/Ibirama/SC para Pe. Balduíno Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 25/07/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Pe. Leopoldo Arntzen, Roma. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 07/08/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Pe. Antonio Hammelstein, São Carlos, via Iraí. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 11/08/1946. Carta de Pe. Hagedorn a Pe. Balduíno Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 18/08/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Pe. Leopoldo Arntzen, Roma. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 23/08/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Pe. Robert Bramsiepe, Brusque, SC. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 28/08/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Pe. August Adelkamp. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 31/08/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Herbert Voss. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 10/09/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Cel. Gaelzer Netto. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 29/09/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Dom. Thomas Keller, Mosteiro de São Bento. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 29/09/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo para Antônio Köhler. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 09/10/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Cel. Gaelzer Netto. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 01/11/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Margarida Wackes. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 25/11/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Marcos Fendel, PR. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 21/12/1946. Carta de Pe. Balduíno Rambo a Madre Boaventura. Colégio Sagrado Coração de Jesus, Florianópolis. (PUC/RS).

- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 24/12/1946. Carta de José Russ a Pe. Balduino Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 1946-1947. *Jahresbericht des Hilfswerks Der Evangelische Kirchen in Deutschland. Für das Berichtsjahr vom 01/04/46 bis 31/03/47 erstattet Zentralbüro*, p. 8-9. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 10/01/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. Leopoldo Arntzen S.J. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 05/02/1947. Carta da Caritas a Pe. Balduino Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 20/02/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Maria Laveuve, Ijuí. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 25/03/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Madre Boaventura/Colégio Sagrado Coração de Jesus, Florianópolis. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 07/04/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. Fernando Nelles S.J. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 16/08/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Antonio Felmer. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 03/09/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. August Adelkamp. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 26/10/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. August Adelkamp. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 08/11/1947. Carta do Dr. Johannes Schauff a Pe. Balduino Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 17/11/1947. Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. August Adelkamp. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 1948. Carta de Pe. Henrique Pauquet a Pe. August Adelkamp, sem data. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 21/01/1948. Carta de Pe. Balduino Rambo a P. Fritz Wüstner, Joinville, SC. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 09/03/1948. Carta de Pe. Balduino Rambo a Pe. August Adelkamp. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 11/04/1948. Carta de Pe. Balduino Rambo a Herbert Voss, Rio Grande, RS. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 13/09/1948. Carta de Pe. Balduino Rambo a Maria Laveuve, Ijuí. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 13/05/1949. Carta de Pe. Balduino Rambo a Maria Laveuve, Ijuí. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). [s.d.]. Carta do Comitê de Damas Alemanas Cruz Roja Argentina/D. Isabel C. H. Campo a Pe. Balduino Rambo. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). Relatório Final da SEF. (PUC/RS).
- ACERVO BENNO MENTZ (ABM). 8º. Comunicado da SEF. (PUC/RS).
- ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA DA IECLB. SR22/1 32. (Faculdades EST/RS).
- ARQUIVO HISTÓRICO DA ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA DA IECLB. SR22/1 31. (Faculdades EST/RS).

Submetido: 01/04/2013

Aceito: 02/05/2013